



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000457-77.2009.8.17.1130

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1

Agravante: Banco Itaucard S/A

Agravada: Regina Célia da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA. PAGAMENTO DAS PARCELAS VENCIDAS. DEVOLUÇÃO DO BEM. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO TJPE. APELO IMPROVIDO. PRESQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Banco Bradesco Financiamento S/A moveu ação de busca e apreensão contra Francisco Euflazino dos Santos. O réu purgou a mora com o pagamento do débito atualizado das parcelas vencidas. O feito foi extinto com julgamento do mérito, com fundamento no art. 269, II, do CPC.
2. O alienante fiduciário apresentou apelo, defendendo que a mora só poderia ser afastada com pagamento integral do contrato, tendo em vista o vencimento antecipado decorrente do inadimplemento. O relator negou seguimento ao apelo, frente à súmula 15 do TJPE.
3. A instituição bancária interpôs o presente Recurso de Agravo, reiterando a tese de necessidade de pagamento do valor integral da dívida para purgação da mora; argüindo, ainda, necessidade de prequestionamento da matéria para eventual interposição de Recurso Especial e Extraordinário.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Agravo Legal nº 0246871-9/01

4. A súmula 15 do TJPE enuncia que com o pagamento das parcelas vencidas no ato do ajuizamento e das que sem vencerem no curso da busca e apreensão purga-se a mora, mesmo após a lei 10.931/2004.


5. No tocante ao prequestionamento, a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada na decisão recorrida, não resta configurada qualquer das hipóteses descritas no art. 535 do CPC, e, por conseguinte, é inviável a pretensão de prequestionamento. Este é o entendimento pacífico e atual do STJ.

6. Recurso de agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1, em que figura com agravante o Banco Itaucard S/A e como Agravada Regina Célia da Silva, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, na conformidade do relatório, dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 2/5/13


Tenório dos Santos
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000457-77.2009.8.17.1130

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1

Agravante: Banco Itaucard S/A

Agravada: Regina Célia da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo interposto em face da decisão terminativa proferida por esta Relatoria, que entendeu pela manutenção da sentença que extinguiu o processo com julgamento do mérito, em face da purgação da mora e devolução do bem ao réu, com base no art. 269, inciso II, do CPC.

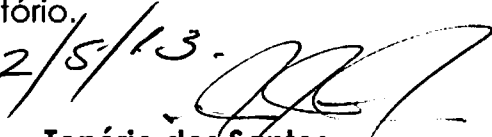
O agravante argumenta a necessidade de prequestionamento da matéria para possibilitar eventual interposição de Recurso Especial e Extraordinário. No mérito, pleiteia, em síntese, a reforma da sentença sustentando que a purgação da mora somente seria possível mediante o pagamento integral da dívida pendente junto ao credor, ressaltando que é contrário a qualquer depósito a menor realizado pela requerida.

Por fim, requer a alteração da decisão monocrática, com o julgamento procedente do presente agravo.

O agravado não foi intimado para apresentar as contrarrazões do recurso.

É o relatório.

Recife, 2/5/13.


Tenório dos Santos
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

NPU 0000457-77.2009.8.17.1130

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1

Agravante: Banco Itaucard S/A

Agravada: Regina Célia da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Não exercido o juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos os requisitos legais.

Consoante breve relato, cuida-se de recurso de agravo contra decisão terminativa da lavra desta Relatoria, que negou provimento ao recurso apelatório em apenso, em face de pedido de Ação de Busca e Apreensão, ajuizada por Banco Banco Itaucard S/A contra Regina Célia da Silva.

No caso dos autos, o agravante defende que a mora só poderia ser afastada com pagamento integral do contrato, tendo em vista o vencimento antecipado, decorrente do inadimplemento.

A despeito das alterações no Decreto Lei nº 911/69, a purgação da mora continua sendo facultado ao devedor para por fim à demanda.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada por este Eg. Tribunal de Justiça:

Súmula 15. Nos contratos garantidos por alienação fiduciária, purga-se a mora mediante **pagamento das parcelas vencidas no ato do ajuizamento e das que se vencerem no**



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1

curso da ação de busca e apreensão, mesmo após o advento da Lei nº 10.931/2004.

No presente caso, cumprida a liminar, o réu, ora agravado, manifestou inequívoca pretensão de purgar a mora (fls. 24/26). Os autos da ação de busca e apreensão foram enviados à contadoria do juízo para apuração do montante devido, culminando no demonstrativo de fls. 30. Sobreveio depósito judicial (fls. 32), nos exatos termos do valor apurado pela contadoria, não havendo, portanto, justificativa para o acolhimento das razões recursais ora deduzidas.

Diante do entendimento sumulado e do adimplemento das parcelas em atraso, afastada a pretensão recursal de pagamento total do valor do contrato.

Purgada a mora, devida a devolução do bem apreendido.

No que tange ao fim de prequestionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, ressalto que é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pela Corte Local, não havendo qualquer exigência que a decisão recorrida disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pelo recorrente, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.

Nesse diapasão, destaco que quando a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada, não resta configurada qualquer das hipóteses descritas no art. 535 do CPC, e, por conseguinte, é inviável a pretensão de prequestionamento. Este é o entendimento pacífico e atual do STJ, como se percebe do julgado transcrito a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL.
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO
535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0260902-1

INEXISTÊNCIA. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. REEXAME DE PROVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Decididas as questões suscitadas, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, à ausência de omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida ou dirimida, eis que os embargos de declaração não se destinam ao prequestionamento explícito ou à revisão do julgado sob outros fundamentos. Precedentes.

2 a 4 omissis.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1235316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 12/05/2011).

Não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e dessa Corte de Justiça.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 2 de 05 de 2013.


Tenório dos Santos

Des. Relator